

BOLETIM 200

Brasília, 2 de setembro 2016

Dieese: negociações salariais com aumentos reais chegam a 24% no 1º semestre

Cerca de 24% das 304 negociações dos reajustes salariais de trabalhadores brasileiros feitos no primeiro semestre de 2016 resultaram em aumentos reais de salários, de acordo com balanço divulgado nesta quinta-feira (1º) pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconomicos (Dieese).

Outros 37% tiveram aumento salarial com valor igual à inflação e 39% obtiveram reajuste abaixo da inflação. Desses, 11% resultaram em perdas de até 0,5% e 29% em perdas de até 2%.

Segundo o balanço do Dieese, aproximadamente 74% dos reajustes salariais analisados foram pagos integralmente e 25% em duas ou mais parcelas. Os percentuais são próximos dos observados no segundo semestre de 2015, quando 75% foram pagos integralmente e 23,8% parcelados. Com relação ao pagamento de abonos salariais, o balanço indica que os patamares não se alteraram. Já os reajustes escalonados subiram 24% com relação ao período de 2012 e 2015, usado nesta comparação.

Indústria sai na frente - Quando analisados os setores econômicos, na indústria 21% dos reajustes resultaram em ganhos reais, 33%



ficaram abaixo da inflação e 46% tiveram valores iguais à variação do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. No comércio, o percentual de reajuste igual à inflação foi de 36%, enquanto 26% tiveram aumento real e as negociações com perdas salariais foram 39%. No setor de serviços, os reajustes acima da inflação foram 27% e abaixo 44%.

“A indústria já vinha enfrentando problemas, seja pela taxa de câmbio ou perda da competitividade desde 2011. O desemprego vinha maior do que nos outros setores. Como a indústria é o setor de atividade mais organizado, onde há grau de formalização maior e sindicatos de maior tradição, o que ocorre é que, quando a indústria vai mal nas negociações, reflete nos demais setores”, analisou o coordenador de relações sindicais, José Silvestre Prado de Oliveira.

Por regiões - Na região Norte, os aumentos reais foram observados em 14% das negociações. Nas outras regiões, esses aumentos giraram em torno de 27%. No caso dos reajustes inferiores à inflação, a região Sul foi a que teve menor incidência 16%. O mesmo acontece com relação aos aumentos acima da inflação: 23%. O Norte e Sudeste registraram as maiores proporções de aumentos abaixo da inflação com 57% e 49%. No



Nordeste, 43% dos reajustes ficaram abaixo da inflação e no Centro-Oeste, 32%.

Segundo Silvestre, os resultados ficaram dentro do esperado porque o ano de 2015 já indicava tendência de piora dos reajustes devido ao contexto geral da economia com pelo menos dois anos de recessão, aumento da inflação em 2014 e a continuidade do aumento das taxas de desemprego. “Isso monta um cenário muito ruim para negociação e, em todos os momentos em que há conjuntura semelhante, há reflexo nas negociações. Em 2016 ainda há mais um agravante que é o quadro político, um combustível a mais para piorar o cenário para os trabalhadores nas negociações”.

Fonte: Portal EBC

Defesa de Dilma pede anulação do impeachment no Supremo Tribunal Federal

O advogado da ex-presidenta Dilma Rousseff no processo de impeachment, José Eduardo Cardozo, deu entrada na manhã de hoje (1º) com um mandado de segurança no Supremo Tribunal Federal (STF) no qual pede uma liminar para anular a sessão do Senado que aprovou o impedimento de Dilma. A defesa também pede que seja realizado um novo julgamento.

Dilma foi destituída do cargo quarta-feira (31) pelos senadores por 61 votos a 20, sob a acusação de que cometeu crime de responsabilidade fiscal ao emitir três decretos de

crédito suplementar sem a autorização do Congresso e também pelas chamadas pedaladas fiscais, atrasos no pagamentos a bancos públicos no âmbito do Plano Safra.

O mandado de segurança foi protocolado às 9h14 desta quinta-feira (1º) e foi distribuído por sorteio para a relatoria do ministro Teori Zavascki. Na peça, Cardozo ressalta que não questiona o mérito da decisão dos senadores, mas sim a constitucionalidade do processo e erros em sua condução. São dois os argumentos principais.

O primeiro argumento põe em dúvida a adequação dos artigos 10 e 11 da Lei de Impeachment (1079/1950) à Constituição de 1988. Neles são descritos os crimes de responsabilidade que podem levar ao impedimento, mas eles possuem uma redação mais ampla do que o atual texto constitucional. Cardozo pede que os ministros declarem os artigos inconstitucionais, o que retiraria a base legal para incriminar Dilma e exigiria novo julgamento.

O segundo argumento alega que o relator do processo no Senado, senador Antonio Anastasia (PSDB-MG), incluiu em sua acusação contra Dilma um decreto a mais do que os que constavam no relatório aprovado na Câmara dos Deputados. Isso teria alterado a acusação em uma etapa do processo em que não é mais possível fazer alterações, prejudicando a defesa.

“Não houve mera alteração na classificação jurídica dos fatos: houve verdadeira alteração dos fatos”, escreve Cardozo.

Novos recursos - A defesa de Dilma afirma que entrará com ao menos mais um recurso no Supremo no qual fará uma argumentação mais ampla, alegando falta de justa causa para o impeachment.

O STF já negou recursos anteriores que pediam a nulidade do processo devido a erros procedimentais. Questionado ontem (31) o que lhe daria esperanças de que os ministros da Corte poderiam agora preferir decisão favorável a Dilma, Cardozo respondeu: “o senso de justiça e a noção de que não vamos jogar a toalha antes da hora”.

O ministro Teori Zavascki não tem prazo para tomar uma decisão sobre o mandado de segurança.

Fonte: Agência Brasil

CNI: faturamento na indústria cai 4,3% em julho

Depois da alta de 2% em junho, o faturamento da indústria voltou a cair em julho, com recuo de 4,3% na comparação com o mês anterior. Nos sete meses do ano, o faturamento teve queda de 12% em relação ao mesmo período de 2015. Os dados ajustados para o período foram divulgados nesta quinta-feira (1º) pela Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Segundo a CNI, os demais indicadores da atividade industrial também caíram em julho frente a junho na série com ajuste sazonal. Essa série desconsidera do cálculo do indicador características específicas do período, como, por exemplo, a redução da produção provocada por feriados ou o aumento da demanda no Natal ou do Dia das Mães.

As horas trabalhadas na produção recuaram 0,2% em julho na comparação com junho. De janeiro a julho a queda nas horas trabalhadas na produção ficou em 9,3% frente ao mesmo período do ano



passado. A utilização da capacidade instalada caiu para 76,9%, o nível mais baixo desde 1999, quando a CNI começou a fazer a pesquisa. Isso significa que a indústria operou com mais de 20% de ociosidade em julho.

Mercado de trabalho - O emprego na indústria diminuiu 0,4% em julho na comparação com junho. A queda do emprego de janeiro a julho chega a 8,9% em relação ao mesmo período do ano passado.

A massa real de salários recuou 0,9% entre julho e junho, na terceira queda consecutiva do indicador. De janeiro a julho, a queda foi de 9,7% em relação ao mesmo período de 2015. De acordo com os Indicadores Industriais, o rendimento médio real do trabalhador da indústria caiu 0,3% em julho frente junho, e 0,9%, nos sete meses do ano, na comparação com o mesmo período de 2015.

Fonte: Agência Brasil



Governo prorroga até dezembro prazo para saque do abono salarial

O governo ampliou mais uma vez o prazo para saque do abono salarial (ano-base 2014). A data limite era quarta-feira (31), mas foi alterada para 31 de dezembro. A decisão de ampliar o prazo foi tomada durante reunião do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) presidida pelo ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira. O primeiro prazo havia vencido em 30 de junho e foi prorrogado até 31 de agosto. Quase 1 milhão de trabalhadores tem direito ao benefício do PIS/Pasep, ano-base 2014, no valor de R\$ 880, informou o Ministério do Trabalho.

“Fizemos intensa campanha na mídia e nas entidades laborais e patronais e, até esta data, foram pelo menos 200 mil trabalhadores que sacaram o abono, após o prazo final de 30 de junho. Tenho certeza de que vamos alcançar uma boa fatia desse 1 milhão de trabalhadores que ainda não sacaram com a ampliação do prazo para o final do ano”, ressaltou o ministro por meio de sua assessoria.

Quem tem direito - Tem direito ao benefício os empregados que receberam de empregadores que contribuem para o Programa de Integração Social (PIS) ou para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep) até dois salários mínimos médios de remuneração mensal; tenham exercido atividade remunerada pelo menos durante 30 dias no ano-base 2014; estejam cadastrados há pelo menos cinco anos e que tenham sido informados

corretamente na Relação Anual de Informação Social (Rais).

Consulta - Para saber se tem direito ao abono, o trabalhador deve ligar para o número 158, do Ministério do Trabalho. Também é possível obter informações na Caixa ou no Banco do Brasil, pelos números 0800 726 0207 e 0800 729 0001.

Para consultar pela internet, é preciso acessar o site do Ministério do Trabalho e clicar no banner Abono Salarial, localizado na parte superior da tela. No local, é possível visualizar a lista dos trabalhadores que ainda não fizeram o saque, dividida por estado e município e em ordem alfabética. Outra alternativa é ir direto ao site abonosalarial.mte.gov.br/.

Fonte: Agência Brasil

Tabela do Imposto de Renda será corrigida em 5% no ano que vem

Índice é inferior à projeção de 7,48% do governo para a inflação – percentual que será usado para reajustar o mínimo

O governo vai corrigir a tabela de Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) em 5%. O reajuste será concedido de forma linear entre todas as faixas de rendimento. A correção é inferior à projeção do governo para a inflação deste ano, de 7,2%, mas um pouco maior do que a expectativa para a inflação – medida pelo IPCA – para 2017, de 4,8%.



O salário mínimo deve ficar em R\$ 945,80 no ano que vem. As estimativas integram o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) apresentado pelo governo nesta quarta-feira, 31, primeiro dia da gestão efetivada de Michel Temer na Presidência e último dia do prazo para apresentação da proposta orçamentária para 2017.

O reajuste da tabela do IR é um aceno do governo para a classe média. A equipe econômica era contra a proposta, que deve reduzir ainda mais as receitas em um ano em que o déficit deve atingir R\$ 139 bilhões.

O secretário executivo do Ministério da Fazenda, Eduardo Guardia, admitiu que a correção da tabela do Imposto de Renda vai reduzir a arrecadação prevista para o ano que vem, mas afirmou que isso já está incluído nos cálculos feitos para o Orçamento.

Por outro lado, o governo optou por não incluir as compensações que constam no projeto de lei que já tramita no Congresso Nacional, como mudanças na tributação de heranças, por exemplo. Se forem aprovadas, elas podem aumentar a arrecadação da União. "O efeito da correção da tabela do IR reduz previsão de receitas, mas as compensações do projeto não estão previstas na projeção de arrecadação de 2017", explicou.

Atualmente em R\$ 880, o salário mínimo deve ser reajustado em 7,48%, projeção da União para a inflação medida pelo INPC neste ano. Não haverá contribuição do PIB para o cálculo, uma vez que houve recessão em 2015. A elevação neste ano foi de 11,6% em relação a 2015, quando estava em R\$ 788,00.

Em abril, o salário mínimo proposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2017 era

de R\$ 946. A proposta foi apresentada em abril deste ano. Em julho, na revisão da LDO, a projeção para o mínimo foi reduzida para R\$ 945,50.

A regra de reajuste do salário mínimo estabelece que o valor seja corrigido pela inflação do ano anterior, medida pelo INPC, e pelo crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de dois anos antes. Essa norma foi aprovada em lei e valerá até 2019.

A política de valorização do salário mínimo foi um marco do governo petista. A vinculação do mínimo aos benefícios pagos pela Previdência Social ajudou a melhorar o poder de compra da classe média, mas acelerou os gastos da área, que deve registrar um déficit de R\$ 181,25 bilhões no ano que vem, segundo previsão do próprio governo.

Fonte: Estadão

Empresários já falam em usurpar direitos e conquistas sociais

"É urgente fazermos a reforma da Previdência Social e a modernizar a legislação trabalhista", afirmou hoje por meio de nota o presidente da Confederação Nacional da Indústria, Robson Braga de Andrade

Com o resultado da votação do impeachment no Senado ainda repercutindo na mídia e redes sociais, os empresários já falam em atacar direitos sociais e trabalhistas. "A nossa expectativa é que o governo seja perseverante com as reformas estruturais, necessárias para a solução de problemas crônicos do país. É urgente



fazermos a reforma da Previdência Social e modernizar a legislação trabalhista", afirmou hoje por meio de nota o presidente da Confederação Nacional da Indústria, Robson Braga de Andrade.

Já a Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq) preferiu sair em defesa da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 241, que enviada pela equipe econômica de Michel Temer ao Congresso pleiteia o congelamento do orçamento do poder público por um período de 20 anos, admitindo apenas correção de inflação do ano anterior – a medida tem sido fortemente rejeitada por movimentos sociais e trabalhadores por impedir ganhos reais do orçamento para o atendimento de demandas sociais.

Na linha de uma abordagem ufanista, o presidente do sindicato que representa as empresas do setor imobiliário, o Secovi-SP, Flávio Amaury, afirma que com o golpe parlamentar “o Brasil inicia hoje uma das mais esperadas fases de sua história.

Os empresários tentam por meio de suas entidades mostrar união em torno do nome de Temer, mas na prática estão divididos, como de resto toda a sociedade brasileira. É o que mostra uma pesquisa com empresários, divulgada hoje pela Câmara Americana de Comércio (Amcham).

Outros 35% dos consultados afirmam que a indefinição política não é um fator de impacto no adiamento de investimentos e estratégias de negócio, e 17% preferiram não declarar ou avaliar impacto”, afirma o texto de divulgação da pesquisa realizada com 155 executivos de empresas.

Fonte: Rede Brasil Atual

Bancários entram em greve a partir do dia 6 em todo o país

Os bancários de diversos estados recusaram em assembleia na noite desta quinta-feira (1º) a proposta apresentada pela Federação Nacional dos Bancos (Fenaban) e decidiram entrar em greve nacional a partir do dia 6 de setembro. A informação foi divulgada nos sites da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf) e da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito (Contec).

Segundo a Contraf, bancários de algumas cidades e estados farão assembleias nesta sexta-feira (2) para decidir se aderem, ou não, à paralisação nacional.

A proposta da Fenaban foi apresentada no dia 29 e oferece aos bancários reajuste de 6,5% no salário e nos auxílios refeição, alimentação, creche, e abono de R\$ 3 mil, além de participação nos lucros e resultados (PLR). Segundo a Contraf, a proposta da entidade patronal não cobre a inflação do período, projetada em 9,57% para agosto deste ano, e representa perdas de 2,8% para a categoria.

A Contraf pede, entre outras reivindicações, reposição da inflação do período mais 5% de aumento real, PLR de três salários mais R\$ 8.317,90, combate às metas abusivas, ao assédio moral e sexual, fim da terceirização.

Fonte: Portal EBC



Mazinho fará agenda no Rio com representante da construção pesada

O presidente da CONTRICOM, Francisco Chagas Costa – Mazinho, está programando uma reunião no Rio de Janeiro com o presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Pesada - SITRAICP, companheiro Nilson Duarte Costa, para tratar de assuntos relativos ao fortalecimento da CONTRICOM.

O encontro deveria ter ocorrido no último dia 25 de agosto. No entanto, um contratempo de voo impediu que o presidente da CONTRICOM se deslocasse de Florianópolis, onde se encontrava na reunião da Diretoria da confederação, para a capital fluminense.

Mazinho e Nilson, no entanto, deverão se encontrar nos próximos dias e discutir questões de interesse da categoria da construção e de sua organização.

Fonte: Comunicação CONTRICOM

AGENDA PRESIDENTE

FRANCISCO CHAGAS COSTA

Participa, hoje, em Mirassol, no interior de São Paulo, ao lado do companheiro Ademar Rangel, presidente da FETICOM-SP, da inauguração da sede do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de Mirassol e Votuporanga (SP), que é presidido pelo companheiro Gilmar Guilhen.

BOLETIM DA CONTRICOM

Presidente da CONTRICOM

Francisco Chagas Costa – Mazinho

Secretário para Assuntos de Comunicação

Luis Carneiro Rocha

Redação e Edição

Instituto Dois Candangos (DF)